

www.asduerj.org.br
asduerj@asduerj.org.br

BOLETIM

asduerj

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ASDUERJ
MAIO DE 2005 • RUA SÃO FRANCISCO XAVIER, 524 - 1º ANDAR BLOCO.
D - S. 1026 - MARACANÃ - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP 20550-013



A QUESTÃO DA SAÚDE NO RIO DE JANEIRO

ARTIGOS DISCUTEM A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO [4,5]

CAMPANHA SALARIAL

CONTRADIÇÕES, DESMENTIDOS
E EVASIVAS DE SECRETÁRIOS
DO GOVERNO MARCARAM
NEGOCIAÇÕES SALARIAIS [3]

UEZO

SECRETÁRIO DE ESTADO AFIRMA
QUE UEZO É UM NOME FANTASIA E
“UMA MARCA QUE INTERPRETA
UM SENTIMENTO” [6]

PAZ PARA VIVER

BOLETIM ASDUERJ ENTREVISTA
INTEGRANTES DA REDE DE
COMUNIDADES E MOVIMENTOS
CONTRA A VIOLÊNCIA [8]

GOVERNO ROSINHA GAROTINHO: três anos de promessa e empulhação

editorial

É

com muita preocupação que a comunidade trabalhadora da Uerj sofre a vertiginosa deterioração do poder de compra dos salários. Em abril de 2004, ao deslanchar da campanha salarial, os salários

na Uerj já equivaliam a apenas 72,6% do valor percebido na ocasião do último reajuste em 2001. Agora, após um ano, eles estão equivalendo a somente 67,09 % deste valor. Portanto, a reivindicação de reajuste de 37,74% em abril de 2004 tem que ser elevada para 49,06% para que seja retomado o patamar anterior do poder de compra relativo a 2001.

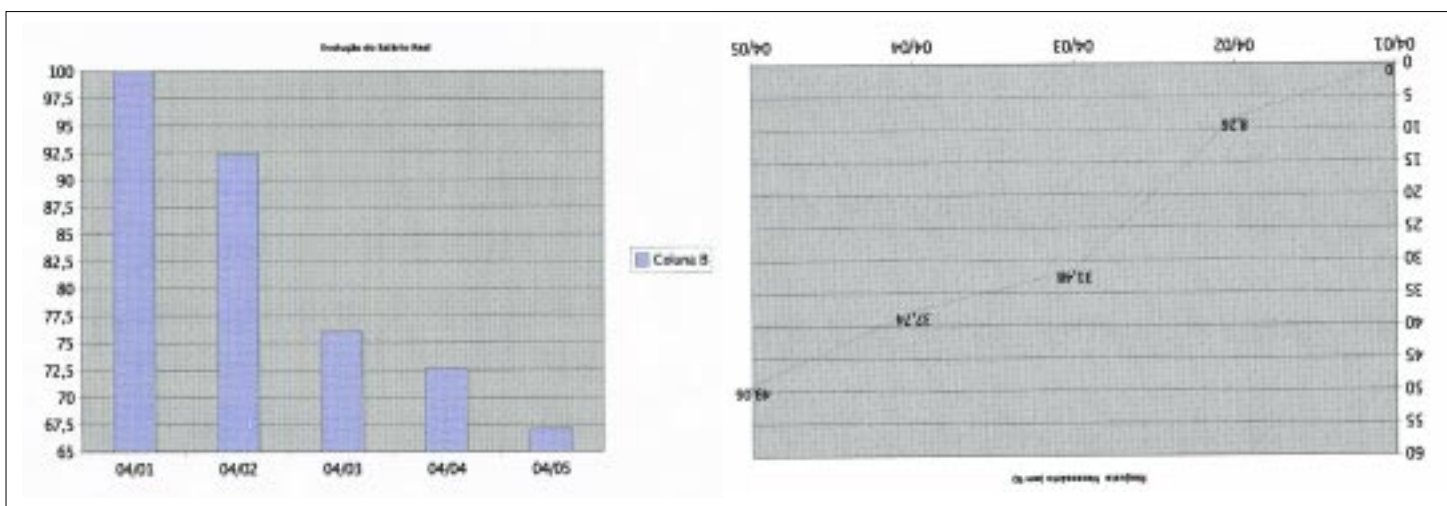
A preocupação aumenta quando, apesar de todas as promessas e afirmações de compromissos, o governo do Estado não se digna a apresentar qualquer proposta ou, pelo menos, a se desculpar por tamanho desrespeito aos trabalhadores. Pelo que se percebe, de nada serviram as inúmeras reuniões com secretários - desprovidos de credenciais para negociação - nem a nossa confiança depositada nos mais diversos interlocutores que garantiam, sempre, a apresentação, ainda em 2004, de um índice de reajuste que seria concedido em janeiro de 2005.

Enquanto os salários permanecem aviltados, os orçamentos dos trabalhadores sofrem os impactos dos aumentos indiscrimi-

nados de preços, de taxas fixas e variáveis, de impostos diretos e indiretos e tudo mais que possa ser majorado. Os reflexos de tal política de represamento dos salários são perversos, sobretudo porque obriga a busca de outras fontes de receita, com prejuízo da eficiência e dedicação indispensáveis às atividades acadêmicas. Esta é uma realidade que atinge a todos que trabalham na UERJ e se estende à sociedade.

Com muito esforço e sacrifício, ao longo de vários anos, houve empenho da comunidade universitária, com o apoio de alguns governos para romper a lógica do "escolão" e transformar a Uerj em uma universidade respeitada. Todo o investimento estará comprometido, caso este governo

universidade pública, DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO. Não esmoreceremos a luta, mesmo sabendo estarmos lidando com um governo que não tem o menor apreço pela educação e dela se socorre apenas movido por interesses eleitoreiros, anunciando na zona oeste ora uma universidade, ora um centro universitário, sendo que não pode ser nem uma coisa nem outra. Já houve um secretário de Estado que declarou publicamente, sem dar maior importância ao fato, ser a denominação Universidade Estadual da Zona Oeste - UEZO - simplesmente o "nome-fantasia" de uma instituição de ensino profissionalizante. Não se brinca com coisa séria.



persista em desdenhar o clamor da comunidade trabalhadora e continuar negligenciando o seu dever de financiar as suas universidades – incluído o seu pessoal – IGNORANDO OS SEUS PLEITOS.

Vencido o mês de abril, signo de nossa data base, teremos cumprido mais uma etapa da luta que se confunde com a defesa da

O dinheiro que não chega para pagar condignamente os trabalhadores é desperdiçado em propagandas enganosas, que enriquecem os meios de difusão, e se apresentam em todos os horários nobres das emissoras. O Rio trabalha de verdade. Na Uerj, a gente acorda cedo e dorme tarde – e a gente recebe um salário de mentira

Expediente

DIRETORIA DA ASDUERJ
(BIÊNIO 2003/2005)

Presidente: Cláudia Gonçalves de Lima
I Vice-Presidente: Antônio Braga Coscarelli
II Vice-Presidente: César X. B. Santos Lima
I Tesoureiro: Arnaldo José Noronha Filho
II Tesoureira: Maria da Glória Schaper dos Santos
I Secretário: Ronaldo do Livramento Coutinho

CONSELHO EDITORIAL
 Antônio Braga Coscarelli
 César X. B. Santos Lima
 Denise Brasil
 Iná Meireles

EQUIPE TÉCNICA
Jornalista: Sérgio Franklin
Estagiária de Jornalismo: Elisa Monteiro
Edição Visual: Leila Braille



REAJUSTE SALARIAL

um ano de indefinições e evasivas

CONTRADIÇÕES, DESMENTIDOS E EVASIVAS DE SECRETÁRIOS DO GOVERNO MARCARAM NEGOCIAÇÕES SALARIAIS EM 2004

HISTÓRICO DA NEGOCIAÇÃO

HÁ exatamente um ano, as entidades representativas e a reitoria da Uerj reuniam-se pela primeira vez com o governo do Estado para discutir a pauta da campanha salarial 2004. Do

interlocutor da vez, o Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, Wanderley de Souza, ouviram que estavam descartados o aumento de verbas para a universidade e o reajuste salarial naquele ano.

Durante meses, independentemente de quem se pronunciava em nome do governo, o texto era o mesmo. Variavam apenas as justificativas. Do simplório impeditivo orçamentário à preocupante assertiva de que a prioridade eram os projetos assistencialistas em curso, tudo era argumento para que se empurrasse o reajuste para o ano seguinte.

A mudança de tom, não por coincidência, ocorreu em agosto, imediatamente após o início da campanha Rosinha reprovada, implementada pela Asduerj. A tentativa de amenizar a força da denúncia fez com que o governo promettesse através do mesmo secretário o aumento de verbas para a universidade. “A inviabilidade de um aumento salarial” em 2004 ainda era a peça fundamental do discurso. No entanto, anunciava-se, pela primeira vez em documento oficial, a instituição de uma comissão com o objetivo de “buscar soluções para o tema no próximo ano”.

Menos de um mês depois, o presidente da tal comissão, o recém-empossado Secretário de Estado de Administração e Reestruturação, Luiz Rogério Vargas, afirmava em reunião com a diretoria da Asduerj que os servidores seriam reajustados em janeiro de 2005.

A informação foi reiterada pelo mesmo interlocutor, no dia 6 de outubro, em reunião com as entidades representativas, horas antes da manifestação conjunta de professores, servidores e alunos nas escadarias da Alerj. Vargas anunciava, então, um montante de 1 bilhão de reais no orçamento de 2005 destinados a este fim e reconhecia que o valor era insuficiente para reparar as perdas salariais do funcionalismo.

Pá de cal

Porém, no final de outubro, todos já sabiam

que o orçamento destinado pelo governo à Uerj era ainda menor do que o do ano anterior. E mais, em entrevista ao boletim eletrônico da Asduerj, o vice-presidente da Comissão do Orçamento da Alerj, Paulo Pinheiro, alertava para os números fantasiosos apresentados pelo governo. Na rubrica de pessoal, “o aumento de 3,2% representava unicamente o crescimento vegetativo da folha”, contabilizava o parlamentar.

No dia 3 de novembro, a pá de cal. Em audiência pública na Alerj sobre o orçamento do Estado para 2005, o Secretário interino de Estado de Controle e Gestão Flávio Silveira resumiu de forma inequívoca a sentença do governo para a universidade. Ao responder às críticas dos representantes da Uerj e de parlamentares quanto à redução do orçamento da universidade, o interino afirmou que o problema da instituição estava na sua dificuldade para captar recursos.

Apesar de admitir que a arrecadação do Estado cresceu muito nos dois últimos anos e que deveria crescer ainda mais em 2005, os representantes do governo presentes não explicaram porque os orçamentos das universidades estaduais diminuíram neste período. A arrecadação do Estado cresceu 10% só no ano de 2003 e nos últimos três meses de 2004 aumentou em média 13%, segundo o titular da Secretaria da Receita, Mário Tinoco. 11/05, o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Wanderley de Souza, afirmou que não haverá reajuste nem aumento de cotas da Uerj no ano de 2004.

Como se não bastasse, na audiência pública, os secretários de Estado responderam com evasivas às incisivas cobranças dos servidores quanto ao índice e à data do reajuste. Para todos os questionamentos, repetiu-se o discurso de que o reajuste dependeria do crescimento econômico e do comportamento da arrecadação em 2005. Nada foi dito sobre data ou valores destinados ao reajuste, contradizendo o compromisso firmado pelo secretário de administração.

O descrédito que se instaurou como marca dos interlocutores do governo não poupou sequer um dos seus porta-vozes mais autorizado. Em dezembro, ninguém menos que Anthony Garotinho, secretário de governo, e ex-governador Anthony Garotinho reconheceu o índice de reposição reivindicado, abrindo a possibilidade de conceder a reposição de forma parcelada. Cinco meses depois, nada ocorreu.

Dia 11 de maio

Em reunião com as entidades representativas e a reitoria da Uerj, o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Wanderley de Souza, afirmou que não haveria reajuste nem aumento de cotas da Uerj no ano de 2004.

Dia 24 de agosto

Um dia após o início da divulgação externa da campanha Rosinha Reprovada, implementada pela Asduerj, o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Wanderley de Souza, prometeu, em nota oficial, um aporte adicional de verbas para a universidade, que poderia chegar a mais de R\$ 4 milhões.

Quanto ao reajuste salarial, o governo continuava inflexível. Mais uma vez, alegava-se “a inviabilidade de um aumento salarial em 2004”. Pela primeira vez se fala numa comissão especial do governo para discutir o assunto.

13 de setembro

Em reunião com membros da diretoria da Asduerj, o Secretário de Estado de Administração e Reestruturação, Luiz Rogério Vargas afirmou que haveria reajuste para os servidores em janeiro de 2005.

6 de outubro

Em reunião com a Asduerj, o Sintuperj, a Fasubra e a Reitoria, o titular da Sare, Luiz Rogério Vargas reafirmou que os servidores teriam seus salários reajustados em janeiro de 2005. Segundo ele, o governo destinaria 1 bilhão de reais na proposta orçamentária de 2005 para este fim. O secretário reconheceu que o valor era insuficiente para recuperar a defasagem salarial do funcionalismo do Estado.

Dia 20 de outubro

Em entrevista ao Boletim eletrônico da Asduerj em movimento, o vice-presidente da Comissão de Orçamento da Alerj, deputado Paulo Pinheiro, revelou que na rubrica de pessoal da proposta orçamentária do Estado há um aumento de apenas 3,2% em relação a de 2004. O que significava unicamente “o aumento vegetativo da folha”, afirmava Paulo Pinheiro.

Dia 3 de novembro

Durante audiência pública sobre o orçamento na Alerj, secretários de Estado responderam com evasivas às incisivas perguntas dos servidores quanto ao índice e a data de reajuste. Segundo os representantes do governo, tudo dependeria da arrecadação do Estado em 2005.

Dia 1º de fevereiro de 2005

A diretoria da Asduerj reuniu-se com representantes das secretarias de Ciência, Tecnologia e Inovação; Administração e Reestruturação e do Governo. Segundo eles, naquela já havia sido feito todos os levantamentos do impacto do reajuste na folha. Restava apenas a decisão da governadora.

NO

dia 29 de março de 2005, em resposta ao jornalista Sidney Resende, da Rádio CBN, a respeito das queixas dos pacientes do Hospital Souza Aguiar, o Dr. Roberto Bittencourt, interventor do Ministério da Saúde na unidade afirmou que é “como se

estivéssemos assistindo a um filme

de terror”. Tal afirmação feita 18 dias após a intervenção por decreto presidencial publicado no Diário Oficial da União em 11 de março é sem dúvida de estarrecer. Ora, se o próprio interventor, que conta com todo o apoio do governo federal, inclusive das forças armadas, se acha numa platéia de filme de terror, o que devem pensar os pacientes, seus familiares e acompanhantes?

Decorridos 18 dias da intervenção, tudo leva a crer que a intervenção vem se transformando num atoleiro semelhante ao que os americanos se meteram no Iraque. A despeito dos recursos cada vez maiores despendidos pelo Ministério em profissionais de saúde, medicamentos, equipamentos e consertos nos prédios, não param de aumentar tanto as filas, como as queixas da população que continua com dificuldades para encontrar atendimento na rede SUS na Cidade do Rio e nos municípios vizinhos.

Vem ficando cada dia mais claro que a intervenção proclamada com toda a pompa pelo Ministério e trombetada na mídia como uma salvação quase milagrosa para a crise da saúde no Rio de Janeiro, começa a fazer água por todos os lados. A despeito dos lances pirotécnicos, dos quase cômicos hospitais de campanha instalados ao lado de hospitais com grande capacidade ociosa, e das declarações retumbantes dos interventores, a realidade teima em não se sujeitar aos ditames de uma intervenção apressada e que insiste em repetir os mesmos erros que geraram a crise da saúde na cidade.

A crise tem sua origem na não organização da rede de serviços não só na Cidade do Rio, mas em todo o Grande Rio. Por anos, a Secretaria Municipal de Saúde deu ênfase aos serviços de emergência e de maternidade, relegando a segundo plano a atenção básica e às unidades secundárias. Uma série de problemas de saúde da população que deviam ser resolvidos nos níveis de menor complexidade do sistema, a um custo menor e com melhor qualidade para a vida das pessoas, transformava-se em demanda de serviços hospitalares. Durante muito tempo foi possível deixar de enfrentar o problema, pois o Município podia esconder-se na grande rede hospitalar federal que cuidava essencialmente das internações eletivas.

Desde 1999, com a municipalização da quase totalidade da rede federal acabou a retaguarda que eles representavam para o sistema municipal. Este, ao invés de adaptar-se deu continuidade à sua ênfase em serviços de emergência e maternidade, continuando a descuidar-se da atenção básica e secundária, além dos serviços hospitalares eletivos. Em alguns antigos hospitais federais promoveu-se à força sua conversão de hospitais gerais em hospitais de emergência, como aconteceu em grande medida no Hospital Geral do Andaraí.

Pois o Ministério ao preparar sua intervenção concentrou novamente todos os esforços nos serviços de emergência, assumindo a gerência de 6 grandes hospitais e ainda tentando convencer, felizmente sem sucesso, os corpos clínicos dos 2 hospitais federais remanescentes – Bonsucesso e Servidores – a suspenderem as internações eletivas para ampliarem a oferta de serviços de emergência. Por tal caminho só poderemos esperar o agravamento das cenas de terror.

A solução para a crise não é mágica – aliás nenhuma crise tem solução mágica. É preciso reorganizar a rede de serviços de saúde como um todo, desde a atenção básica à atenção hospitalar e não apenas na Cidade do Rio, mas em todo o Grande Rio. Para isto é indispensável que o Governo do Estado deixe de se omitir e assuma um papel de coordenador de fato dos esforços para organizar o sistema e a regulação dos seus diferentes níveis. É preciso inclusive repensar a própria rede hospitalar existente, pois há um número grande demais de hospitais públicos no Rio para os pífios resultados apresentados.

É claro que a solução efetiva para os problemas demandará tempo, estudos, muita negociação e muito trabalho, é tarefa que não pode ser desenvolvida em clima de exceção, mas pelos canais democráticos e institucionais competentes. A continuidade da intervenção na forma em que vem se dando só tende a agravar o problema, além de despertar ciúmes e temores de secretários municipais de saúde de todo o país. Para não ficarem sem saída como os estrategistas americanos no Iraque, os interventores devem assumir postura menos arrogante e criar espaço para que a crise possa ser resolvida pelas autoridades estaduais e municipais, do executivo e do legislativo, além da sociedade fluminense.

A intervenção salvadora na saúde virou

Hésio Cordeiro e Paulo Henrique Rodrigues

INIMEDIENTETERROR?

A SAÚDE DO RIO TEM REMÉDIO.

LUÍZ ROBERTO TENÓRIO • SUB-SECRETÁRIO DE SAÚDE DE NITERÓI • MÉDICO DA UERJ E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

A população do Rio de Janeiro vem acompanhando o dia a dia da crise da saúde no Rio de Janeiro. Em março último o Governo Federal, através do Ministério da Saúde, resolveu “intervir” em 4 hospitais federais que haviam sido municipalizados no início da década de 90 (Lagoa, Ipanema, Andaraí e Cardoso Fontes) e achou por bem chamar para si a responsabilidade dos Hospitais Souza Aguiar e Miguel Couto, as duas principais emergências do município.

Os motivos que levaram o Ministério adotar tal medida são por demais conhecidos de todos: a situação caótica em que se encontram esses hospitais: profissionais desmotivados pelas péssimas condições de trabalho e pelos baixos salários, recursos escassos, a falta constante de medicamentos, os aparelhos e equipamentos quebrados em sua maioria por falta de manutenção etc.

As conseqüências do caos eram visíveis: filas intermináveis; emergências fechadas no Hospital do Andaraí e no Cardoso Fontes; superlotação nas emergências do Souza Aguiar e Miguel Couto; exames demorados; falta de leitos etc. A população, principal vítima deste caos, acumulava reclamações e exigia uma solução.

O Prefeito César Maia tentava justificar o caos com dois discursos: o primeiro punha a culpa na população de municípios vizinhos, principalmente os da Baixada Fluminense, que invadia o município do Rio na busca de atendimento. O segundo argumento era o repasse insuficiente de recursos por parte do governo federal. Os dois argumentos não resistem a mais simples análise crítica. A migração de pacientes de um município para outro em busca de atendimento está prevista no SUS. Na Comissão Bipartite, onde participam todos os secretários municipais do Estado, isto é, pactuado entre os municípios e aqueles que acolhem esses pacientes recebem por isso. O alarde que o Prefeito faz não se justifica. O Município do Rio recebe apenas 17% dos pacientes da Baixada Fluminense, a maioria para procedimentos de média e alta complexidade, do qual o Município do Rio de Janeiro é referência, recebe verbas do SUS para isso e tem a obrigação de atender. Em outras regiões do país, como São Paulo, Recife e Porto Alegre, o número de pessoas que procura assistência em municípios vizinhos tem sido bem maior, sem que isto cause grandes problemas. Não precisa ir muito longe. Basta atravessar a Ponte Rio-Niterói. A Região

Metropolitana II é composta dos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Tanguá, Silva Jardim e Rio Bonito, além de Niterói, que por ser o município pólo da região, com gestão plena, e com a maior e mais complexa rede de assistência da região, recebe pacientes desses municípios, tudo pactuado na Bipartite, sem que esta migração de doentes leve ao caos que hoje vemos no Rio. Os principais hospitais municipais de Niterói também já foram hospitais federais, hoje municipalizados, estão com cerca de 35% de seus leitos ocupados por pacientes de outros municípios, sem gerar qualquer crise.

Quanto ao segundo argumento, referente aos recursos insuficientes repassados pelo Governo Federal, também é falsa a premissa usada pelo prefeito. No ano passado o governo municipal do Rio de Janeiro deixou de aplicar parte significativa dos recursos disponibilizados pelo Ministério para desenvolver diversos projetos de atenção à saúde da população carioca, o que por si só já põem por terra o argumento do Prefeito. Pouco interesse mostrou em implantar o Samu (Sistema de Atenção Móvel de Urgência), projeto do governo federal em parceria com os governos estaduais e municipais, já em funcionamento com êxito em outros municípios. Não investiu no Proesf (Programa de expansão da saúde da família) e o Programa de Saúde de Família do Rio não cobre nem 3% da população do município. Como evitar a sobrecarga das emergências, se os Posto de Saúde do Município só funcionam meio expediente e com um baixo grau de resolutividade.

A intervenção foi fruto de todos esses fatos e só se deu após longo período de negociação, em que à cada possibilidade de acordo, o prefeito fazia novas exigências.

Com a intervenção melhorou o atendimento nos referidos hospitais. A população reconheceu essa melhora e passou a elogiar a abertura das emergências no Andaraí e no Cardoso Fontes. Os “hospitais” de campanha das Forças Armadas, apesar de não estar dentro da lógica da rede, teve o caráter emblemático de solidariedade e parceria entre as instituições públicas num momento de crise.

O grande desafio porém, ainda persiste: como resolver o baixo investimento pelo governo municipal na atenção básica? Como integrar a rede básica com a rede hospital e de emergência? Como criar um sistema de referência e contra referência? Como vencer a resistência do prefeito

em restabelecer o dialogo?

Neste últimos dias, o Supremo Tribunal Federal devolveu à Prefeitura os Hospitais Souza Aguiar e Miguel Couto. O Ministro Humberto Costa, diz que cumprirá a decisão judicial, e não poderia assumir outra postura.

Em recente debate na FIOCRUZ, todos – incluindo representantes do Ministério, pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública, os gestores municipais, profissionais de saúde e usuários do sistema de saúde – defenderam a necessidade de se retomar as negociações. Naquela ocasião, alguns tentaram atribuir a crise à uma disputa política visando as eleições para Presidente da República daqui a dois anos. Outros tentavam atribuir ao SUS a responsabilidade pela crise.

Aos que minimizam a crise, dizendo tratar-se apenas de um disputa política, é bom lembrar que esse argumento ajuda a encobrir a omissão, a incompetência e a falta de vontade política dos reais responsáveis pela crise, colocando no mesmo barco os defensores e os inimigos do Sistema Único de Saúde. É evidente que temos ainda pela frente que enfrentar mudanças constantes na conjuntura, problemas ligados à política de recursos humanos, o desafio dos avanços tecnológicos, aprimoramento dos modelos de gestão e tantos outros. Mas também é bom lembrar aos descrentes do SUS, que a saúde em nosso país está mal onde justamente o SUS ainda encontra resistência para ser implantado. O Rio de Janeiro é o maior exemplo. Assim sendo, faz-se necessário a retomada imediata do dialogo e da negociação entre as esferas de governos.

O poder judiciário, que finalmente resolveu se pronunciar, poderá ser um bom parceiro na busca de saídas para a crise. Poderá, por exemplo, obrigar o município a investir na rede básica, implantar o programa de saúde de família, abastecer e equipar os hospitais, implantar o Samu. Poderá, também, obrigar o Governo do Estado a implantar o plano de cargos e salários para seus profissionais de saúde, melhorar seus hospitais, principalmente na Zona Oeste, e assumir de fato o papel de articulador das políticas de saúde dos 92 municípios do nosso Estado. Pode ainda buscar mecanismos legais que façam com que a presença federal permaneça com esta intensidade no Estado, mesmo após vencida a crise, já que foi graças a uma ação mais efetiva do governo federal que a saúde do Rio melhorou. Remédio para a saúde do Rio tem, é só aplica.

SECRETÁRIO DE ESTADO AFIRMA QUE UEZO É UM NOME FANTASIA E “UM MARCA QUE INTERPRETA UM SENTIMENTO”.

“Ora,

professor, trata-se simplesmente de um nome fantasia”. A resposta, endereçada ao Reitor da Uerj, Nival de Almeida, referia-se à instituição recém-criada pelo governo do Estado sob a sigla Uezo. Com a assertiva, o secretário de Estado da Cultura, professor Arnaldo Niskier, procurava neutralizar as críticas do seu interlocutor à criação de mais uma instituição de ensino superior pública no âmbito estadual, justo no momento em que o governo restringe o financiamento das já existentes – Uerj e Uenf.

Na discussão, que ocorreu durante o seminário sobre Reforma Universitária realizado pela Comissão de Educação da Alerj, no dia 12 de abril, o secretário e professor aposentado da Uerj não definiu o caráter da Uezo, mas reconheceu que, apesar do nome, não se tratava de uma universidade tampouco de um centro universitário.

Em entrevista por correio eletrônico ao boletim Asduerj, Niskier, que participou da comissão de criação, definiu a Uezo como “uma instituição de nível superior ágil, na forma de centro tecnológico, que pudesse apoiar e fixar os novos empreendimentos de empresas de vulto no Rio de Janeiro”. Para ele, a sigla Uezo é “uma marca que interpreta um sentimento (sic) acalentado há anos pela Comunidade da Zona Oeste que, até então, não tinha sido atendido”.

O secretário informou ainda que a comissão presidida pelo titular da pasta de Ciência e Tecnologia apre-

sentou vários “projetos” à governadora, “como a criação de uma outra Universidade, a criação de um Centro Universitário, a extensão de uma braço da UERJ e um outro, que mais agradou, que foi a ampliação de Cursos administrados pela Faetec.”

Em artigo publicado originalmente no Jornal do Comércio e reproduzido na edição eletrônica do “Jornal Ciência Hoje” (informativo da SBPC), de 12 de abril, Niskier não se furta em usar o termo Centro Universitário para definir a instituição por trás do “nome fantasia”. E mais, para ele, o modelo pedagógico planejado para a instituição “com cursos mais rápidos”, justifica-se porque “os jovens preferem lidar com menos teoria e mais prática”. O autor defende que “verifica-se, assim, um saudável encurtamento no enlace universidade-empresa. Os empregos são mais facilmente obtidos e o país ganha com a absorção de especialistas no mercado de trabalho, onde os formandos

“Em depoimentos (na TV), jovens e representantes comunitários agradeciam a criação de uma universidade na região.”

pelo sistema tradicional chegam com mais lerdeza e pouca prática, exigindo um tempo adicional de treinamento.”

No programa matutino Encontro Marcado conduzido pela jornalista Jalusa Barcelos, na rede Bandeirantes, outra função mais imediata da nova criação era despidoradamente apresentada ao telespectador. Uma longa entrevista da governadora era intercalada por imagens do showmício de lançamento da Uezo, no dia 31 de março, que teria reunido dez

mil pessoas em Campo Grande. Nelas, a governante, ladeada por seu consorte, recebia “os vivas” da população. Em depoimentos presumivelmente colhidos “in loco”, jovens e representantes comunitários agradeciam a criação de uma universidade para o local. E não era outro o termo utilizado pela governadora ao longo da entrevista, já no estúdio. Como não parece ser outro “o sentimento” que inspirou os criadores da sigla, senão o que se configura em futuras vitórias eleitorais.

Asduerj e Conselho Universitário já questionaram o projeto

O caráter da iniciativa já fora questionada pela Asduerj em seus informativos. Para o presidente em exercício, professor Antonio Braga Coscarelli, com a criação da Uezo, nossos governantes demonstram pouco conhecimento da LDB e da Constituição Estadual ou, pior, revelam total falta de compromisso com a Lei Federal e a Carta Magna do Estado. A primeira estipula regras bem definidas para a criação de uma universidade ou mesmo de um centro universitário;

a segunda obriga que a expansão do ensino universitário no Estado se faça “obrigatoriamente” através da Uerj.

O conselho Universitário da Uerj também se pronunciou desfavorável a criação da Uezo. Em sessão no

dia 15 de outubro, os conselheiros aprovaram uma moção contrária a criação da instituição. Durante a sessão, foi lembrado que, de acordo, com a Constituição Estadual cabe à Uerj implantar campus na cidade e na região metropolitana do Rio, sendo vedada a criação de uma nova universidade na área metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Os conselheiros destacaram ainda o caráter eleitoreiro da proposta e a incoerência da criação de uma nova instituição quando o governo alega a inexistência de verbas para manter adequadamente a Uerj e a Uenf.

Avaliação inválida

Estudantes e direção da Faculdade de Serviço Social revelam o que omite o governo ao divulgar as notas do Enade

No dia 3 de maio, a divulgação do resultado do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) provocou surpresa ao conferir conceito no valor de 1.1 à Faculdade de Serviço Social da Uerj. O exame aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira faz parte do novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e baliza o ranqueamento de universidades promovido pelo MEC.

Não tardou para que a direção da unidade e o Centro Acadêmico de Serviço Social da Uerj se pronunciassem em notas públicas à comunidade sobre os resultados do exame. No texto do Cass/Uerj, os estudantes lembram que o MEC e a imprensa omitiram “que o resultado do Serviço Social reflete um posicionamento político dos estudantes deste curso, deliberado no último Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (Eness)”. Segundo a nota, “essa foi uma das estratégias para mostrar a (...) indignação e o desacordo para com as medidas privatizantes da reforma universitária e de estímulo ao ranqueamento e a competição desenfreada entre as instituições e os estudantes desencadeada pelo Enade.”

Veja a seguir a íntegra da nota da Direção da Faculdade de Serviço Social.

Nota Pública sobre o Curso de Serviço Social da UERJ e o Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes - ENADE

A Direção da Faculdade de Serviço Social da UERJ gostaria de se manifestar a respeito da divulgação dos resultados do ENADE pelo MEC/INEP e pela imprensa nos últimos dias. Vimos informar às autoridades universitárias, ao Ministério da Educação, aos parceiros institucionais da nossa unidade, à imprensa, às organizações da categoria e à sociedade em geral que este resultado da FSS/UERJ não expressa o sério trabalho acadêmico que vem sendo feito na nossa unidade de ensino. Trata-se de um resultado que reflete um protesto desencadeado no nível naci-

onal pelos estudantes de Serviço Social que entregaram a prova em branco, com um adesivo colado. Essa situação compromete os resultados nacionais da área e da FSS/UERJ em particular, não podendo ser considerado válido.

Nos seus 60 anos de existência, a FSS/UERJ consolidou um perfil acadêmico e profissional de referência não só estadual, mas nacional. Seus alunos têm obtido um desempenho de excelência em processos seletivos de estágio curricular, concursos públicos e seleções de pós-graduação. Nosso currículo é sintonizado às Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social – ABEPSS, que inclusive assegurou que a prova do ENADE fosse formulada a partir desses parâmetros. Nosso corpo docente é altamente qualificado e reconhecido, sendo em sua maioria composto por doutores que dão aulas e fazem pesquisas que envolvem a graduação e a pós-graduação. Temos um mestrado muito bem avaliado pela CAPES, além de estarmos implantando um curso de Doutorado.

Na verdade esse resultado reflete a adesão dos estudantes de Serviço Social da UERJ à decisão nacional do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) em favor de um boicote nacional ao ENADE. O Relatório do INEP referente à FSS/UERJ mostra que 89,2 % dos ingressantes do nosso curso e 70,8% dos concluintes entregaram a prova em branco aderindo ao boicote. O Relatório também mostra a adesão nacional ao boicote com destaque para a Região Sudeste e das universidades federais e estaduais. Tanto que, apesar de algumas exceções, boa parte da IES, sobretudo públicas, tiveram um desempenho igual ou pior que o da FSS/UERJ. A Direção da FSS/UERJ convocou os estudantes que iriam participar da amostragem e o Centro Acadêmico de Serviço Social/UERJ para reuniões de esclarecimento sobre o ENADE e debate político acerca da decisão que tomaram no ENESS, sempre respeitando o processo de organização e discussão do movimento estudantil, porém sinalizando os previsíveis impac-

tos da sua posição, que hoje nos preocupam intensamente e devem colocar na ordem do dia um debate público.

A forma com que o MEC e a imprensa fazem o “ranking” da qualidade de ensino a partir dos resultados do ENADE mostra os limites deste tipo de avaliação, que para não gerar tantas distorções e reações políticas – vale lembrar que as universidades estaduais de São Paulo questionaram esse formato da avaliação e decidiram não aderir ao ENADE, respaldadas pelo Conselho Estadual de Educação – deveria ao nosso ver, ao menos: ser melhor debatida com as universidades, sobretudo quanto à metodologia; suceder (e não anteceder) uma avaliação qualitativa da formação profissional nas unidades de ensino, sendo divulgados os resultados globais das unidades de ensino; ser uma amostragem por adesão e não por imposição aos estudantes, que são obrigados a fazer a prova que foi transformada em componente curricular, o que tem gerado uma imensa insatisfação não apenas nos cursos de Serviço Social; e, quando da divulgação dos resultados, informar se houve alguma situação atípica, de natureza política, acadêmica ou institucional que interferisse no processo, já que esta situação é de conhecimento dos que realizam a prova e a correção, sendo nesse caso invalidado o resultado e instalado um debate com a área.

Para nós, portanto, o resultado nacional da área de Serviço Social, e particularmente o da FSS/UERJ, está inteiramente distorcido e prejudicado. Continuamos aguardando e estamos preparados para um processo de avaliação institucional efetivo, o que é necessário e importante para o estabelecimento de parâmetros de qualidade do ensino num contexto de proliferação indiscriminada de cursos que nem sempre a asseguram, o que não é o nosso caso.

Prof. Dra. Elaine Rossetti Behring
Diretora da Faculdade de Serviço Social/UERJ

Prof. Dra. Alba Tereza Barroso de Castro
Vice-Diretora da Faculdade de Serviço Social/UERJ

Uerj muda vestibular

O Conselho Superior de Ensino Pesquisa Extensão (Csepe) aprovou nos dias 20 e 26 de abril duas modificações importantes no edital do vestibular 2006. A primeira reduz de três para duas o número de provas específicas no exame de classificação, além da de língua portuguesa. A outra, mais polêmica, instituiu uma nota mínima no valor de 20 pontos na segunda fase do concurso. A mudança, aprovada por 12 votos contra 3 e 4 abstenções, provocou protestos de

estudantes que lotaram a assistência. Thiago Barreto, representante discente no Csepe definiu como “incoerente” a decisão do Csepe. “É um absurdo completo. Para que serve então o exame de qualificação?”, questiona o estudante. “Se o aluno já atingiu a nota exigida pelo primeiro exame, teoricamente, ele estaria apto a cursar a universidade”, sentencia. De acordo com a sub-reitora de graduação, Raquel Villardi, a alteração nas regras ocorreu após um

processo maduro de avaliação das unidades acadêmicas. “Mais de 80% delas se mostraram favoráveis a nota mínima de corte”, afirmou. Alguns docentes, porém, têm outra avaliação. O diretor do Instituto de Geociências, professor Hindenburgo Pires, reclama que houve pouco tempo para o debate. Para ele, a obrigatoriedade do candidato obter uma nota mínima no exame de classificação criará mais um obstáculo ao ingresso de alunos cotistas na

universidade. Hindenburgo acredita que ainda não há dados suficientes para delimitar o impacto que a chegada destes alunos, com nota de classificação inferior a 20, têm sobre a Universidade. “A Uerj está perdendo uma oportunidade histórica de fazer uma verdadeira avaliação da experiência das cotas ao aprovar esta resolução. Ela está optando pelo caminho mais fácil ao invés de dar sua contribuição a política de inclusão”, concluiu.

entre
vista

PAZ PARA SOBREVIVER

BOLETIM ASUERJ ENTREVISTA INTEGRANTES DA REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA

NO

meio do pequeno ajuntamento em frente à Candelária, Aldeci Belo da Silva circula parecendo não saber o que fazer. Com ela, duas crianças. Uma a persegue, zomba com a movimentação e o barulho estridente do carro de som. A

outra, de tão pequena, acomoda-se num de seus braços. No outro, firme, a mulher carrega um cartaz com a imagem de quatro rapazes. Dois deles, o estudante Flávio, 19 anos, e o ajudante de pedreiro, Júlio, 16 anos, seus filhos, são hoje números a mais nas estatísticas sobre violência policial no Rio de Janeiro. Juntos com seus amigos Eduardo e Wallace – ambos de 17 anos – e mais outro adolescente foram executados por PM's numa das vielas da favela do Caju em janeiro de 2004.

No dia 15 de abril de 2005, Aldeci era mais uma das dezenas de familiares e amigos de vítimas da violência policial que caminhavam em passeata da Candelária à Cinelândia. Como boa parte dos que ali estavam, não tem muitas informações sobre o inquérito que apura o assassinato de seus filhos. Sabe apenas que os acusados sequer foram afastados de suas funções, pois continuam atuando no mesmo lugar em que ocorreu a chacina. Sabe também que algo tem que ser feito para que o pequeno Tiago de 5 anos e Vitor de 2 anos – as crianças que a acompanhavam – não tenham o mesmo destino do pai Flávio. Por isso, estava ali, como os demais, atendendo à convocação da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, que agrega mães, parentes e amigos de vítimas da violência policial de diversas comunidades do Rio e integrantes de movimentos populares. Na semana seguinte à passeata, entrevistamos por correio eletrônico o engenheiro, Maurício Campos, 42 anos, e Eduardo Jorge, integrantes da Frente de Luta Popular e organizadores da Rede. Segue um resumo da entrevista.

Como está sendo articulada a Rede de Comunidades e Movimentos Contra Violência?

A Rede começou a se formar em 2003 e em sua origem estão as mobilizações contra a violência policial que, naquele ano, diversas comunidades desenvolveram, notadamente Borel, Acari e Manguinhos. Fazem parte dela familiares de vítimas de violência do Estado, moradoras e moradores de comunidades atingidas pela violência e militantes de movimentos populares e de direitos humanos.

A proteção não deve estar condicionada à prestação judiciária

Os relatos sobre as dificuldades de acesso a detalhes dos processos são lugar comum nos depoimentos dos familiares das vítimas. Há algum projeto de acompanhamento destes processos?

Temos a proposta da formação da Rede de Apoio Jurídico exatamente para buscar enfrentar esses problemas, não só na fase de processo, mas mesmo de inquérito, quando começam todas as manipulações. A Rede de Apoio Jurídico seria formada por instituições públicas (Defensoria e Ministério Público), sem fins lucrativos, e profissionais engajados que acompanhariam inquéritos e processos, orientando vítimas e testemunhas.

O medo, justificável, tem calado testemunhas e dificultado a articulação de movimentos contra a violência policial. Como a rede enfrenta esta dificuldade?

Entre as propostas da Rede para as Conferências de Direitos Humanos está a criação de programas de atendimento vitimológico aos familiares das vítimas e a jovens ameaçados e/ou em situação de risco. Não diretamente, nem necessariamente vinculados ao processo. A proteção não deve estar condicionada à prestação judiciária. Até porque, ainda que não constituam provas materiais, as informações que esses familiares e jovens trazem é importante, não só para

entendermos as articulações das redes da violência, mas também para entendermos suas motivações e causas profundas.

Apesar das estatísticas, o constante extermínio de membros de comunidades pobres só tem mobilizado a imprensa e a sociedade quando feito em massa. O que pode ser feito para mudar este quadro?

Outra proposta nossa é a criação de uma rede de comunicadores, nas comunidades e fora delas, para organizar as denúncias e divulgá-las, principalmente para o exterior, porque assim o efeito sobre o poder público é muito maior. Além disso, manter o trabalho de denúncia e sensibilização que já fazemos, em atividades com contato direto com as pessoas, em sindicatos, universidades, escolas, comunidades, na rua, etc. Não esperamos muito da grande imprensa, mas continuaremos tentando sensibilizá-la através de manifestações e outras ações.

Também estamos fazendo contatos e atividades em Faculdades de Comunicação Social. E, cada vez mais, desenvolvendo nossa capacidade expressiva, simbólica. Nossas próximas ações vão, cada vez mais, traduzir esta concepção cultural da luta. O que vai se traduzir em uma maior capacidade de mobilização das comunidades, como sujeitos culturais e de direitos. Envolvendo grupos de hip-hop, dança, capoeira, rádios e tvs comunitárias, etc, diante das evidências, do grau de organização, e da propagação conquistada junto a setores expressivos da sociedade, os meios de comunicação de massa não poderão silenciar, sob pena de perderem, ainda mais, em credibilidade.



Foto: Júlia Linhares